

Exm. Sr Presidente, Sras Deputadas e Srs Deputados,

Cumpre-me antes de mais agradecer a disponibilidade desta Comissão em receber a Vodafone para que possamos apresentar a nossa visão sobre o sector e a criticidade do momento que atravessamos face ao aproximar da data de anúncio das condições do Leilão 5G.

Entendemos que a relevância do sector, no que se refere, diretamente, ao seu peso na economia e no emprego e, indiretamente, como indutor do desenvolvimento da economia e da sociedade como um todo, devem merecer a atenção do parlamento.

É de conhecimento comum a importância estratégica das telecomunicações no desenvolvimento do país e se dúvidas houvesse o período anormal que hoje vivemos veio comprovar isso mesmo. Só a resiliência das redes, assente no volume expressivo de investimento dos operadores, a par da dedicação dos milhares de profissionais do sector, possibilitaram uma migração acelerada e inesperada para o teletrabalho, ensino à distância, entretenimento digital e teleconsultas.

Este é um sector que emprega ~17.000 pessoas que tem o peso que tem no PIB nacional, que é responsável por uma Infraestrutura crítica para o país e em que os 3 principais operadores investem, em média, cerca de 1.000€ milhões anualmente.

No que à Vodafone diz respeito completámos no último domingo 28 anos de atividade em Portugal, empregamos 1.400 pessoas dos quais cerca de 400 trabalham a partir de Portugal para outros países do Grupo.

O 5G é inevitável e necessário. As previsões de aumento da utilização de dados móveis e o alargamento da conectividade, tendo como centro as pessoas, vai-se alargar a coisas e animais; a reduzida latência exigida por novos modelos de negócio em avaliação e desenvolvimento na economia digital, tornam o 5G um pilar estratégico para a competitividade dos países e das sociedades. A sua importância e criticidade futuras determinam, por exemplo, que esta tecnologia esteja hoje no centro das disputa geo-política entre os 2 grandes blocos económicos, os EUA e a China. De acordo com um recente estudo da Roland Berger, o 5G irá representar 5% do valor económico gerado a nível mundial em 2035 estimando que, para Portugal, tal significará 35bUSD.

É essa importância e criticidade do 5G que nos faz vir aqui hoje para garantir que o Parlamento dispõe de informação adequada para melhor poder colaborar na participação da estratégia nacional sobre o 5G e nas condições de atribuição das frequências que darão corpo a essa estratégia.

A importância do tema é merecedora de um cuidado acrescido por parte das entidades responsáveis e exige uma análise cuidada e rigorosa do ponto de partida atual e das consequências futuras das decisões que hoje, coletivamente viermos a tomar.

Infelizmente, a nosso ver, esse cuidado e rigor não se têm verificado pese embora o muito tempo que este processo tem levado a acontecer, o que coloca, inclusive, Portugal numa situação de atraso temporal que nunca aconteceu em circunstâncias anteriores. Os atrasos verificados não podem, porém, ser argumentos para a tomada de decisões precipitadas e com potenciais impactos negativos irreversíveis e irrecuperáveis. Com o otimismo que nos caracteriza fazemos votos de que o processo de licença e implementação do 5G seja feito de forma a que este Parlamento não tenha, no futuro, de dedicar tempo e esforços na tentativa, seguramente infrutífera, de corrigir medidas erradas tomadas no presente.

Mas foquemo-nos no leilão e nos pressupostos utilizados pela Anacom para o mesmo.

As recentes intervenções nesta Comissão e em outros fóruns sobre o sector por parte do Regulador e os pressupostos que estão subjacentes à proposta de leilão que está em fase final de decisão assentam numa leitura distorcida e ficcionada de realidade porque assentam numa alegada falta de competitividade do sector que se reflete em:

- nível de preços elevados
- deficiências graves no que respeita a cobertura e velocidades oferecidas

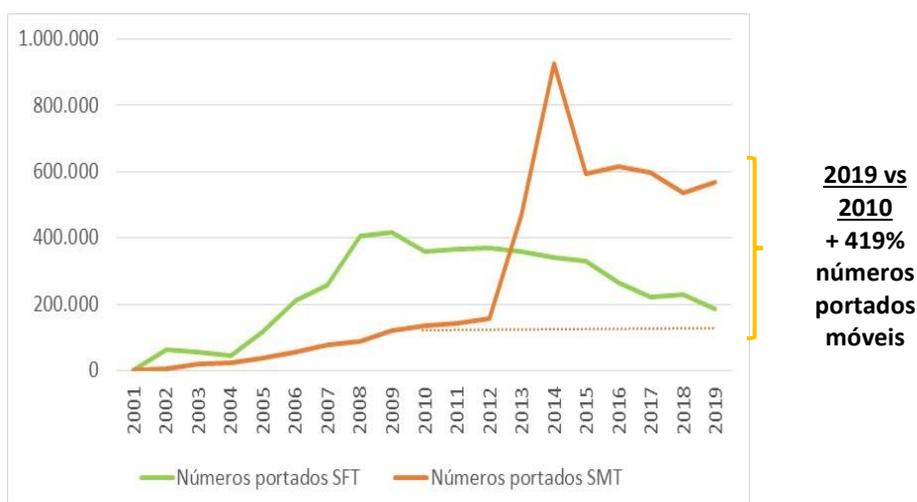
Relativamente à falta de concorrência, orgulho-me de fazer parte da equipa que, em 1992, trouxe a este país pela primeira vez o conceito de concorrência às telecomunicações (na altura apenas no sector móvel).

Hoje temos 5 operadores com oferta de serviços móveis dos quais 4 com oferta de serviços convergentes e destes 3 com rede própria móvel.

Existem em Portugal regras e procedimentos claros sobre condições de acesso a novos entrantes no regime de MVNO. Se mais não existem no mercado português será seguramente pela dimensão e potencial do mercado, mas não é seguramente por quaisquer barreiras à entrada.

Atendendo à intervenção de hoje de manhã do meu concorrente não vou maçar com a repetição dos indicadores que são públicos e que falam por si.

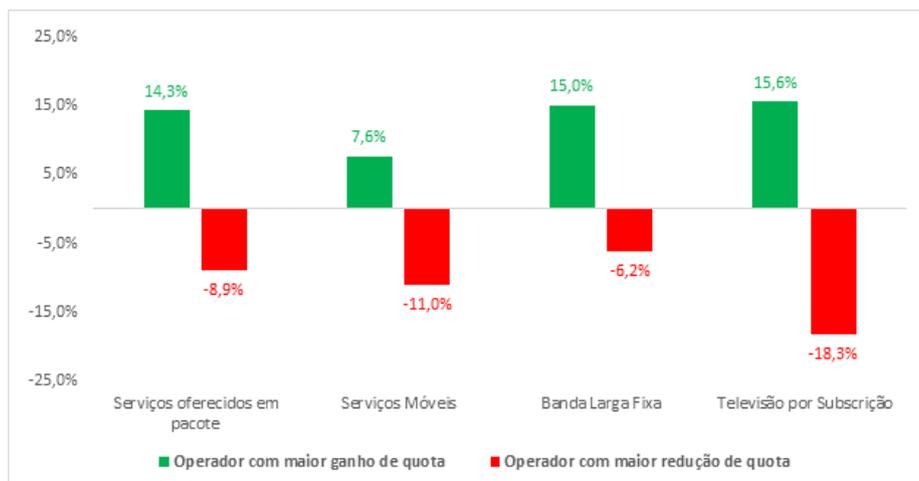
Gostaria, porém, de aditar 2 elementos adicionais. O Indicador da portabilidade de clientes entre operadores:



Fonte: ANACOM

e a sua consequência na variação de quotas de mercado:

**Maiores variações de quota de mercado (2010-2018)**



Fonte: Anacom

Foquemo-nos agora no leilão e naquelas que são as preocupações da Vodafone.

Que fique claro que não é preocupação da Vodafone que o leilão do 5G seja um oportunidade para novos entrantes; preocupa-nos sim a discriminação e os favores, sem paralelo em outros leilões na Europa e que a nossa ver configuram ajudas de estado ilegais e colocam em causa uma salutar concorrência da qual somos agentes e promotores; preocupa-nos que um leilão com esta importância imponha medidas e obrigações de significativas consequências não seja precedido, como as leis nacionais e comunitárias o exigem, de um estudo de avaliação de impacto regulatório para uma correta ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas; preocupa-nos os efeitos no leilão de uma decisão ilegal de fazer ressuscitar a licença da entidade Densair, por promover e premiar a não utilização eficiente de um bem escasso e nuclear para o 5G como é o caso do espectro na faixa dos 3,5Mhz; preocupa-nos a desadequação entre os objetivos previstos na Resolução do Conselho de Ministros e o conteúdo da proposta de leilão levada à discussão publica.

As preocupações aqui elencadas a não serem ultrapassadas nas decisões finais que se esperam da ANACOM levarão inevitavelmente a um aumento da litigância, à imprevisibilidade do plano de implementação do 5G e hipotecam o futuro do país porque criam fortes desincentivos ao investimento. Eu e toda a equipa de gestão nacional já estamos hoje a

atravessar dificuldades de convencimento da razoabilidade dos investimentos futuros no nosso mercado e estamos em vias de perder a oportunidade de trazer para Portugal 400 empregos qualificados para oferta de serviços digitais e soluções 5G para o mercado empresarial. Essas dificuldades denotam bem o quanto a proposta de leilão é desincentivadora do investimento e quanto pode comprometer o sucesso do nosso país na transição digital.

Gostaria de aproveitar se o Sr Presidente a isso nos autorizar de fazer chegar o estudo da Roland Berger antes referido que acrescenta informação relevante sobre o tema 5G nas suas diferentes vertentes e explicita de forma cristalina as potenciais consequências da implementação do leilão nas condições atuais.

Permita-me também clarificar a posição da Vodafone sobre o tema da cobertura que tem sido um ponto de especial destaque.

Se há algo que nos une a todos aqui nesta sala é a vontade de chegar com as nossas redes a todo o país. A forma de o fazer e a capacidade para o fazer é que nos divide. Mas é de grande injustiça e insensibilidade para o sector as infundadas e injustificadas culpas que nos são atribuídas nesta matéria.

Que fique claro de uma vez por todas. A Vodafone cumpriu e suplantou todas as obrigações de cobertura (e não só) a que estava obrigada pela sua participação em todos os processos de atribuição de frequências móveis. Por isso, entre 2008 e 2019 a Vodafone pagou um total de 279 milhões de euros relativos a taxas regulatórias e de espetro e pelas licenças 2G, 3G e 4G 245 milhões de euros.

Não podemos continuar a ouvir em silêncio as constantes acusações de incumprimento de obrigações em particular por aqueles que amplificando essas falsidades entendam premiar quem nunca cumpriu obrigações de fazer o mínimo que a licença impunha, lançar pelo menos um serviço comercial.

Permitam-me 2 exemplos demonstrativos da qualidade da nossa rede. Recentemente o governo português pediu-nos um levantamento sobre a

cobertura da rede móvel Vodafone em 5504 escolas. Em 2260 tínhamos velocidades de 100mbps e só em 7 escolas é que não tínhamos cobertura.

Aquando do leilão 4G em 2011 ficámos com a obrigação de cobrir 160 aldeias e na renovação do espectro 2100 cerca de 200 (198). Fazia parte das obrigações de cobertura das 160 aldeias atualizar a velocidade de acesso à Internet em função da velocidade oferecida nos tarifários públicos da Vodafone.

Na última revisão dessa obrigação a Vodafone teve necessidade de aumentar a velocidade de 7mbps para 43,2mpbs

Baseado nos dados conhecidos de que, nas localidades em causa, a utilização da Net era 66% inferior à média nacional e a da voz 47%, e que a utilização de terminais 2G era superior em 60%, a Vodafone sugeriu ao Regulador que reformulasse a obrigação e os 5M€ de investimento fossem alocados a zonas identificadas como necessitadas de cobertura efetiva. Isso permitiria chegar a pelo menos mais 40 aldeias. O Regulador não aceitou a nossa sugestão e manteve a decisão inicial de usar ineficientemente o investimento em causa.

Outro exemplo do nosso compromisso com o país foi a aposta na rede fixa. A Vodafone não tinha nenhuma obrigação de criar rede pese embora tivéssemos disponibilidade para ser um contribuinte relevante para uma solução nacional de desenvolvimento e expansão de uma rede nacional de fibra. Nunca, mas mesmo nunca, conseguimos apoio deste órgão de soberania, do governo, ou da Anacom para esse objetivo.

Não baixámos os braços. Investimos 500M€, fechámos parcerias com a PT e mais recentemente com a NOS, fechámos condições com a DST enquanto operador de redes rurais e chegamos hoje a 3,2m de casas e empresas, e com planos para poder expandir para 4 ou mesmo 5 milhões de casa passadas. Estão a acusar-nos de quê? Falta de ambição? Quem é que garantiu a concorrência na oferta de TV e de Internet de última geração? Foi o regulador, foi o Parlamento, ou o Governo? Não, foram os nossos clientes que nos pediram para replicarmos no fixo o que nos diferencia no móvel. Foi a dinâmica competitiva do sector que nos impôs uma estratégia que tinha de passar pelo reforço da nossa presença nas ofertas convergentes.

E graças a esse investimento várias empresas portuguesas estão hoje a fornecer serviços em outros mercados europeus e a demonstrar mais uma vez que a qualidade dos nossos recursos nesta área a qual é inquestionável.

Foi essa aposta que trouxe pra Portugal a TV HUB e a partir da Expo gerimos e mantemos o serviço de TV num número alargado de outros países com presença Vodafone

Queremos garantir universalidade de acesso? Contem connosco nesse desígnio aliás alinhado com o propósito da Vodafone, mas façamo-lo numa perspetiva racional, equilibrada e com participação e envolvimento igualmente público. Veja-se como bom exemplo o que em conjunto os 3 operadores e o Governo fizeram no Parque Nacional Peneda Gerês.

Não nos deixemos embalar por um inglesismo suficientemente sofisticado para ser visto como milagroso, o tão falado Roaming que não é uma solução de cobertura. Só pode haver roaming onde há cobertura. Baralhar os conceitos para assim passarem despercebidas as consequências do mesmo enquanto boleia para novos entrantes isentos de obrigações de investimento e compromisso com o futuro do país parece-me uma ratoeira demasiado básica para convencer os representantes do povo português. Pelo vistos essa narrativa teve sucesso. Cumpre-me lamentar que tenham sido embalados pela doçura das intenções e que alguns não se tenham apercebido das consequências e inconsistência das mesmas.

Um apelo final:

avaliem de forma rigorosa a situação atual do sector; analisem os dados públicos de entidades nacionais e internacionais sobre o desenvolvimento do sector em Portugal; estejam atentos às consequências negativas e desincentivadoras do investimento e inovação presentes na proposta de decisão em discussão e em conjunto vamos garantir um processo de implementação do 5G que não sendo discriminatório para novos entrantes e/ou para os existentes seja sim promotor do interesse maior do povo português e do futuro do país.

Muito obrigado,

Link para estudo RB

<https://www.rolandberger.com/en/Publications/5G-at-the-heart-of-Portugal's-digital-society.html>